

Dos homens e dos bois: genética e transmissão de substâncias na pecuária de gado de elite.

Natacha Simeí Leal¹ - PPGAS/USP

Resumo:

Este trabalho anseia discutir aspectos da bovinocultura de reprodutores, comumente nomeada como pecuária de gado de elite. Tais reses, de elite, são produzidas para funcionarem como modelos genéticos e genealógicos capazes de aprimorar a qualidade dos espécimes comuns, que são encaminhados para o abate.

Alguns enunciados, utilizados por veterinários, técnicos e criadores para explicar os méritos fenotípicos e reprodutivos dos animais de elite, também são acionados para justificar o sucesso de pecuaristas deste ramo. No universo da pecuária de elite, homens e bois produzem e trocam saberes. Atributos e substâncias presentes na genética e no sangue de certas famílias, bovinas ou humanas, passíveis de serem transmitidos de geração em geração, seriam capazes de explicar tanto as qualidades físicas, reprodutivas e de temperamento dos touros e vacas de elite, quanto o êxito nos negócios e o conhecimento sobre o gado de alguns pecuaristas.

A partir de autores que pensaram domesticação, transmissão de substâncias e parentesco, e das explicações nativas sobre as ideias de sangue e genética, esta comunicação quer descrever intercâmbios e aproximações entre as trajetórias de homens e bois que compõem a elite da pecuária brasileira.

Janet Carsten (2013), em recente artigo, inspirada por Scheneider e por autores que tem pensado tecnologias reprodutivas, afirma que o sangue é mais grosso do que a genética. Aponta que o uso das biotecnologias e dos saberes da genética e da genômica, prometiam uma reformulação nas ideias euro-americanas sobre parentesco, herança e personalidade. Mas os conhecimentos e efeitos produzidos por estas áreas, segundo Carsten, ao invés de promoverem uma nova leitura sobre essencialismos e lógicas de hereditariedade e transmissão de substâncias, continuaram informados pelos velhos idiomas do sangue e das redes familiares.

¹ Este trabalho traz resultados parciais de uma pesquisa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A análise de Carsten é boa para pensar a pecuária de gado de elite. Este ramo da bovinocultura, voltado à seleção, criação e comércio de animais reprodutores, cuja função é aprimorar a qualidade da carne de espécimes comuns encaminhados ao abate, é marcado por um alto investimento em biotecnologias através do uso de inseminação artificial, fertilização in vitro, transferência de embriões, provas zootécnicas, programas de aprimoramento genético. Mas mais do que isto, é efeito de um projeto de enobrecimento, de humanos e animais, através dos idiomas do sangue e do pedigree.

A pecuária de gado de elite é produtora de zebus e de “zebuzeiros”, de bovinos e criadores de elite. De animais de características fenotípicas e genotípicas raras e de pecuaristas capazes de selecionar, criar e comercializar estas reses. Engendra saberes da zootecnia e da genética e a circulação de quantias milionárias em dinheiro através da venda de bovinos e de embriões. É um mercado da pureza e por isso de elite.

Mais de oitenta por cento do rebanho bovino brasileiro é de origem zebu. O país não só exporta a carne, como a genética destes animais. Os mais conhecidos criatórios de gado de zebu do Brasil se encontram em Uberaba-MG. A cidade também sedia as mais importantes feiras de pecuária do país, a Associação Nacional de Criadores de Gado de Zebu (ABCZ) e uma série de laboratórios, centrais de inseminação artificial de bovinos e empresas de insumos para o agronegócio. Há pelo menos um século, Uberaba² é o epicentro brasileiro, senão mundial, da pecuária de bovinos reprodutores de origem zebuína.

Entre o fim do século XIX até a década de 60 do século XX, fazendeiros e comerciantes do Triângulo Mineiro financiaram uma série de expedições à Índia com o intuito

² A chegada em Uberaba funciona como uma paisagem-convide ao universo do gado de elite. A BR-050, que liga Santos a Brasília, é o principal acesso à cidade. No trecho desta rodovia que corta Uberaba e conecta a localidade ao estado de São Paulo e à vizinha Uberlândia, é possível avistar uma série de laboratórios, centrais de inseminação artificial de bovinos, recintos onde ocorrem leilões e fazendas de gado indiano. Uberaba tem a alcunha de “meca do Zebu” e um passeio desprezioso pelas ruas da cidade justifica o porquê do apelido. As mais importantes avenidas da cidade tem o nome dos zebuzeiros precursores. A maior rede de supermercados de Uberaba se chama Zebu, há uma rádio com o mesmo nome. Há ainda uma pizzaria, uma churrascaria e uma loja de sapatos chamadas Zebu. A principal agência de Turismo se chama Zebulândia. No único shopping center da cidade, os setores do estacionamento são separados através de nomes de raças zebuínas, pode-se parar o carro nas áreas Brahman, Guzerá, Nelore, Gir e Indubrasil.

de trazer bovinos zebus ao Brasil. O objetivo destas importações era “refrescar o sangue” dos rebanhos mestiços para abastecer a emergente indústria de carnes congeladas. Na época, já se tinha notícia de que os bovinos indianos se adaptavam melhor ao Brasil do que os de origem europeia trazidos durante a Colônia. Os zebus eram rústicos, resistentes às intempéries do clima e verminoses dos trópicos.

Foi através do gado Zebu que estes fazendeiros e comerciantes tornaram-se uma elite. E não só porque enriqueceram com a pecuária através da seleção e comércio de reses reprodutoras. Estes criadores elitizaram a si mesmos e ao gado que selecionaram através de uma aposta no pedigree, na distinção que o sangue de algumas famílias, bovinas e humanas, engendra.

Índia, Uberaba e o gado Zebu

Os manuais de zootecnia e veterinária escritos por defensores das vicissitudes do gado Zebu (Machado Borges: 2012; Santiago: 1983), que descrevem as estratégias e a história da domesticação e da seleção destes animais, trazem um nobre como o pioneiro das raças indianas no Brasil: Dom Pedro I. O imperador mantinha na Fazenda Real de Santa Cruz um lote de zebus que ele importou no ano de 1826 da região do Rio Nilo. Contam que Dom Pedro II, na metade deste século, ganha de presente de um Marajá indiano um touro zebuíno. Outros membros da nobreza, o Barão do Paraná e o Barão de Duas Barras, também criavam em suas propriedades no estado do Rio de Janeiro reses de origem indiana.

Mas a nobreza fluminense não utilizava estes zebus para produzir carne ou leite. Nas mãos desta elite, estes animais funcionavam mais como objetos de distinção do que como animais funcionais para a tração nas lavouras ou para a produção de alimentos. As reses indianas, em virtude da protuberância de seus cupins, que os distinguiam dos espécimes de origem europeia, eram consideradas exóticas. Junto com zebras ou camelos eram expostas em zoológicos europeus.

Foi através de uma visita a um destes zoológicos da Europa, no ano de 1870, que um industrial fluminense, Manoel Lemgruber, dá início ao processo de “azebuamento” dos plantéis brasileiros. Compra do Jardim Zoológico de Hamburgo um casal de bovinos indianos brancos. Zootecnistas, veterinários e historiadores da pecuária (Machado Borges: 2012, Santiago: 1983) entendem que esta foi a primeira importação “intencional” de gado

zebu ao Brasil, cujo objetivo era aprimorar a qualidade dos rebanhos e desenvolver criatórios bovinos puro-sangue.

No final do século XIX, o Triângulo Mineiro era um importante entreposto comercial de mercadorias diversas que vinham de Santos para as províncias de Goiás e de Mato Grosso. A região, que devido as suas boas pastagens era parada de mascates de gado, já contava com alguns núcleos de criação de bovinos. Não há exatidão³ sobre a chegada do primeiro espécime de origem indiana no Triângulo Mineiro, mas este comércio e transporte de bovinos realizados pelos tropeiros permitiu que os fazendeiros locais não só adquirissem lotes mestiços de zebras, como ouvissem falar sobre as vicissitudes deste gado.

A notícia sobre a importação e seleção dos bovinos indianos de Lemgruhber, por exemplo, chegou a Uberaba. E criadores locais viajaram até o Rio de Janeiro para tentar adquirir as reses importadas pelo industrial carioca. Famílias oriundas do norte de Minas Gerais, que migraram para o Triângulo Mineiro ao verem seu poder econômico ameaçado pelo declínio das minas de diamante, e que haviam se estabelecido ali desde meados do século XIX como comerciantes e proprietários de terras, viam na pecuária zebuína uma possibilidade de enriquecimento.

³ Maria Antonieta Borges Lopes e Eliane Mendonça Marquez de Rezende (2001), ao desenvolverem um livro sobre a história da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), trazem quatro versões sobre a chegada do primeiro zebu em Uberaba. Conforme a primeira versão, do historiador Hidelbrando Pontes, os primeiros reprodutores zebras chegam na região no ano de 1875. O Major Inácio de Melo França trouxe de Santa Cruz-RJ um lote de bovinos indianos que foram vendidos aos fazendeiros Major Cândido Rodrigues da Cunha, Carlos Rodrigues da Cunha, Coronel Joaquim Carlos de Oliveira Teixeira e Coronel Joaquim Quintano Teixeira. A segunda versão, do também historiador Alexandre Barbosa da Silva, é que o primeiro touro zebu chega em Uberaba no ano de 1886, adquirido pelo Coronel Manoel Borges de Araújo de um plantel carioca. A terceira versão, de Randolpho Borges Júnior, pecuarista e ex-presidente da ABCZ, narra que Antônio Borges de Araújo e seu irmão Zacarias, em uma visita ao Rio de Janeiro no ano de 1885, pernoitam na fazenda de Manoel Lemgruhber para tentar adquirir seus espécimes importados. Como o negócio não teve êxito, vão até uma propriedade entre Leopoldina e Entre-Rios para comprar um animal que tinha sido doado a Dom Pedro II por um Marajá. A rês, naquele momento, era de propriedade de um importante médico, Dr. José Lontra. Depois de algumas negociações, conseguem comprar este touro e o trazem ao Triângulo Mineiro em 1896. A última das versões, do criador Sílvio Caetano Borges, conversa com a de Randolpho. Segundo o criador, foi seu avô, Antônio Borges de Araújo, quem trouxe do estado do Rio de Janeiro no ano 1889 o touro de José Lontra a Uberaba.

Foi um membro destas famílias, Teóphylo de Godoy, que deu início a série de expedições à Índia patrocinadas por fazendeiros do Triângulo Mineiro. Parte de Araguari no ano de 1898 e retorna ao Brasil em 1904 com 15 cabeças de gado indiano. Outros mascates e criadores dão continuidade a estas importações. Em 1904, Ângelo Costa viaja até a Índia. Em 1913 é a vez de Armel de Miranda. Os irmãos Borges, Virmondés, Octaviano e João, partem no ano de 1917, voltam com algumas reses ao Brasil no ano de 1918 e retornam ao território indiano em busca de novos lotes zebuínos em 1919.

Estes são os protagonistas das expedições mais famosas, cujas intempéries e resultados são conhecidos através de um conjunto de registros, fotos, diários, livros de memórias (Borges: 1988, Godoy: 1899, Fortes: 2000, Martins Borges: 1918, Machado Borges: 2012). Mas dezenas de tropeiros e fazendeiros da região de Uberaba, até pelo menos a década de 20 no século XX, promoveram estas expedições para importar bovinos zebus. Há fontes (Marquez de Rezende e Borges Lopes: 2001, Santiago: 1983) que atestam que entre 1904 e 1921, quarenta e cinco levas de gado zebu são trazidas ao Brasil, totalizando cerca de 5.500 reses.

Estas importações foram estimuladas por um conjunto de contingências históricas. A Europa, devido à guerra, vivia um período de escassez, de muita fome. Impedida de produzir seus próprios alimentos recorre a novos fornecedores de carne com Brasil e Argentina. Capitaneada pela Inglaterra, a indústria de carnes congeladas emergia a nível mundial e frigoríficos eram instalados em território nacional. Vale ainda ressaltar, que um dos projetos da Primeira República era a modernização rural (Medrado: 2013, Mendonça: 1931) e o investimento na pecuária bovina parecia estratégico. O Estado tentava instituir os saberes da veterinária e zootecnia através de seminários no Rio de Janeiro e no Recife, da publicação de manuais sobre a agricultura moderna e da instalação de fazendas-experimentais no interior de São Paulo.

Mas esta empreitada dos fazendeiros triangulinos na pecuária zebuína teve lá seus percalços. A mesma Inglaterra (Medrado: 2013, Santiago: 1983), protagonista no comércio de carnes congeladas e tradicionalmente conhecida pela organização de pedigrees e criação de cachorros, cavalos e ovelhas (Cassidy: 2009, Franklin: 2007), concomitantemente às primeiras expedições dos fazendeiros do Triângulo Mineiro, já desenvolvia em território indiano, através da instalação de fazendas experimentais, a seleção de espécimes zebus. Havia um projeto britânico, entre o fim do século XIX e início do XX, de domesticação destes

espécimes selvagens para abastecer a indústria mundial da carne. Foram os ingleses quem, inclusive, organizaram o rebanho indiano em termos raciais, categorizando os bovinos conforme seu tipo físico e os nomeando com a alcunha do local onde eram encontrados com mais intensidade.

Se por um lado a chegada de muitos bovinos zebus no Brasil foi facilitada por este projeto britânico, na medida em que muitos animais foram adquiridos destas fazendas experimentais na Índia e os criadores brasileiros não só importaram bovinos como as maneiras inglesas de se selecionar e promover o “raceamento” destas reses, através da consanguinidade (*inbreeding*) e da publicação de pedigrees, tiveram que disputar este mercado com um concorrente que não só tinha uma *expertise* em saberes zootécnicos, como o domínio mundial da indústria de carnes congeladas.

Vale acrescentar que o projeto⁴ do governo brasileiro para abastecer as necessidades do mercado internacional da carne estava voltado, até pelo menos a década de 30 do século XX, ao incremento de outros tipos bovinos. Criadores do estado de São Paulo investiam no desenvolvimento de uma raça, o Caracu. Através da seleção e aprimoramento de bovinos da península ibérica, defendiam que seus animais eram concomitantemente rústicos como os de origem indiana, capazes de se adaptar as intempéries do clima dos trópicos, e de produzir uma carne macia como os espécimes europeus.

Com a emergência das importações e da seleção de reprodutores zebus promovidas pelos triangulinos, estes criadores paulistas passaram a ter novos concorrentes na indústria alimentícia. Segundo os defensores do gado indiano (Machado Borges: 2012; Santiago:

⁴ Esta é a tese do doutorado de Joana Medrado (2013). A historiadora descreve que as expedições à Índia protagonizadas pelos fazendeiros do Triângulo Mineiro, até a segunda década do século XX, não tiveram qualquer investimento estatal porque o projeto de modernização da pecuária estava voltado ao incremento de raças europeias, a Caracu dos paulistas e as inglesas dos gaúchos. Quando analisa os diários e as cartas da expedição dos irmãos Borges à Índia, ressalta uma conversa, de João Martins Borges com o pecuarista uberabense José Caetano Borges, em que os dois reclamavam da ausência de incentivos estatais para estas expedições. Este mesmo argumento está nos livros sobre a história da pecuária zebuína no Brasil (Lopes e Rezende: 2001, Machado Borges: 2012; Santiago: 1983), e é utilizado pelos criadores com quem conversei. Segundo estes pecuaristas, estas expedições foram custeadas pelos próprios fazendeiros de Uberaba, alguns deles, inclusive, se desfizeram de algumas de suas propriedades para custeá-las. Nas trajetórias familiares dos zebuizeiros, tal fato é sempre lembrado. Reforça o empreendedorismo e o saber sobre o gado dos criadores precursores, que mesmo sem auxílio estatal, conseguiram desenvolver a pecuária zebuína no Brasil.

1983), os pecuaristas que selecionavam Caracu promoveram, entre os anos 17 e 21 do século XX, a uma “campanha contra o zebu”. Afirmavam, através de artigos em jornais e da publicação de manuais de zootecnia (Lopes e Rezende: 2001, Medrado: 2013), que os espécimes zebuínos eram selvagens, que jamais conseguiriam ser domesticados, diziam ainda que sua carne era dura, fétida, imprópria para o consumo e que não produziam leite de qualidade. E como eram mais articulados com o Estado que os criadores do Triângulo Mineiro, passaram a pressioná-lo para impedir a importação de espécimes zebras alegando que as condições sanitárias⁵ da Índia eram precárias e que os animais importados poderiam trazer doenças e verminoses ao Brasil.

O governo cedeu às reivindicações dos criadores paulistas e no ano de 1921 vetou a chegada ao país de novas reses indianas. Tal fato, aliado a uma peste bovina, fez com quem os espécimes indianos perdessem muito preço. Os pecuaristas de Uberaba, protagonistas na pecuária zebuína, não mais conseguiam comercializar seus animais. A saída foi exportar “raçadores” e fazer propaganda das vicissitudes deste gado em outros países. Na década de 20, fazendeiros de Uberaba exportam espécimes zebras ao México, Bolívia, Cuba e Estados Unidos.

Na década de 30, a pecuária zebuína ganha novo fôlego. Com o apoio de Vargas, e através da iniciativa de fazendeiros do Triângulo Mineiro, é organizado um Serviço de Registro Genealógico que atestava a pureza dos espécimes indianos através da publicação de livros de registro genealógico. O governo ainda libera recursos para a instalação de uma fazenda experimental e para construção de um parque de exposições em Uberaba.

Apesar deste apoio estatal, em incrementar a economia do Brasil Central através de investimentos na pecuária zebuína, as importações de animais indianos continuavam proibidas. Sem a chegada de novos raçadores, os fazendeiros do Triângulo Mineiro tinham em suas mãos um estoque muito limitado de reprodutores. Impedidos de desenvolver novos criatórios de “raças-puras”, promoviam cruzas entre espécimes Nelore, Gir e Guzerá. Não se sabe ao certo (Domingues: 1939, Santiago: 1983), se o desenvolvimento destes mestiços foi resultado de uma seleção dirigida, mas estas misturas acabaram criando um novo tipo de bovino.

⁵ Um fato corroborou com a campanha contra o gado zebu. Em 1921, uma peste bovina, ocasiona a morte de mais de 3 mil reses brasileiras. Os criadores de São Paulo alegam que a doença tinha chegado ao Brasil através dos animais importados da Índia.

Um fazendeiro local, José Caetano Borges, passou então a defender as vicissitudes deste novo tipo. E através do investimento na criação de reprodutores a partir de cruzas entre os melhores espécimes mestiços e da formação de linhagens, passou a desenvolver uma raça de origem indiana tipicamente brasileira, o Induberaba. Seu projeto teve o apoio de outros pecuaristas locais. Concomitantemente, evitou a mestiçagem, resultante da cruzas entre espécimes zebus e o gado comum, e instaurou um padrão fenotípico específico. Uma raça atestada através dos livros de registro genealógico e tão funcional às necessidades brasileiras quanto os descendentes dos raçadores importados da Índia.

Entre as décadas de 40 e 50, os bovinos Induberaba⁶ ganham apreço entre os criadores brasileiros e Uberaba vive o apogeu do gado zebu. São instalados bancos, cassinos e casas de importação de mercadorias na cidade. Os criadores locais se organizam em associações de classes para promover feiras de pecuária e julgamentos de bovinos regulares. Pela primeira vez na história, bovinos de origem indiana, Induberaba e de outras raças, passam a ser comercializados por preços altíssimos. Se até a década de 30, havia desconfiança sobre a qualidade da carne produzida pelos espécimes indianos, a partir deste período os criatórios zebuínos expandem-se por todo o Brasil. E as famílias precursoras, assim como seu gado, são enobrecidas, se consolidam enquanto uma elite.

Mesmo diante da proibição das importações de gado indiano, alguns lotes das raças Nelore, Gir e Guzerá chegaram ao país entre as décadas de 30 e 50. Algumas expedições à Índia, como a de Manoel Oliveira Prata em 1930 e de Felisberto de Camargo em 1952 (Santiago: 1983), foram autorizadas pelo Estado. Mas a maioria dos espécimes importados neste período chegou de forma clandestina ao Brasil via Arquipélago de Fernando de Noronha ou Bolívia.

Apesar do sucesso dos bovinos Induberaba, criadores do Triângulo Mineiro continuaram a defender a necessidade de novas importações. Diziam que era necessário refrescar o sangue dos rebanhos para continuar o processo de seleção das demais raças

⁶ Atualmente os espécimes Induberaba tem a alcunha de Indubrasil. Ainda na década de 30, a convite de José Caetano, Vargas vem a Uberaba conhecer esta nova raça de bovinos. O presidente aprova a empreitada do criador, mas a batiza com um novo nome, Indubrasil. José Caetano ficou muito descontente com a nova alcunha, dizia que se aquela raça tinha sido desenvolvida em Uberaba, deveria homenagear a cidade. Para contestar a decisão de Vargas, naquele ano não expôs seus animais na feira da cidade. Promoveu uma exposição paralela em sua propriedade, na mesma data da feira da cidade. Criadores mais antigos contam que o prestígio de José Caetano era tamanho, que a exposição paralela reuniu mais visitantes que a oficial.

zebuínas. Os Induberabas eram tipos brasileiros, mestiços, e os pecuaristas uberabenses desejavam desenvolver raças “puras”.

No ano de 1962 ocorre a última importação legal de bovinos zebus da história brasileira, liderada pelos fazendeiros uberabenses Torres Homem Rodrigues da Cunha, Rubico Andrade de Carvalho e Celso Garcia Cid⁷. Muitos dos bovinos zebuínos de elite, senão todos, que atualmente ocupam os primeiros lugares dos rankings nacionais das melhores reses são descendentes dos “raçadores” importados na década de sessenta.

Raçadores, sangue e linhagens

Segundo veterinários, técnicos e criadores (Machado Borges: 2012, Marquez de Rezende e Borges Lopes: 2001, Santiago: 1983) a importação de 1962 foi a mais importante da história. Os conhecimentos da zootecnia já estavam bastante avançados e a pecuária zebuína consolidada. Aqueles que foram à Índia, já tinham saberes acumulados sobre a seleção de animais zebus, por isso trouxeram ao Brasil espécimes com características capazes de provocar alterações no rebanho.

A escolha dos animais em território indiano se dava através da análise fenotípica. Selecionavam animais com características físicas compatíveis aos padrões de sua raça e às necessidades da indústria da carne. A ideia era que os raçadores importados pudessem produzir uma progênie não só resistente ao clima dos trópicos, como bastante pesada. Como estes expedicionários não podiam testar ali se os espécimes escolhidos eram, de fato, capazes de transmitir aos seus descendentes suas características raciais, através da observação de alguns traços físicos, intuía suas habilidades como reprodutores. Se o animal tivesse um cupim mais escuro que o resto do seu corpo ou se tivesse escrotos mais salientes que a média, provavelmente seria um bom reprodutor.

O argumento dos criadores com o Estado para que a importação de 1962 fosse autorizada, era que o rebanho brasileiro era muito consanguíneo. Que os principais reprodutores eram parentes uns dos outros e que era necessário dar um novo “choque de sangue” para aprimorar as raças. Mas vale notar que o processo de desenvolvimento de uma

⁷ Em frente à pista de julgamentos do Parque Fernando Costa em Uberaba, sede da ABCZ, há uma homenagem a estes fazendeiros que promoveram a importação de 62. Há estátuas com a face de cada um deles.

“genearca” era, e ainda é, apesar dos avanços da genética, fundamentado na consanguinidade. É através do *inbreeding*, da formação de linhagens, que as habilidades genóticas e fenotípicas de um animal são atestadas e consegue se provar que aquele indivíduo é notável, de fato, de elite.

Este procedimento, inclusive, levava a alcunha, até a metade do século XX, (Domingues: 1939, Oliveira: 2000) de “consanguinidade incestuosa”. Descobria-se se o animal era um “genearca” através do acasalamento dele com seus melhores descendentes. Assim que o animal importado chegava ao Brasil, eram promovidas cruzas entre ele e algumas vacas da mesma raça. Eram então realizadas, novas cruzas do raçador com suas filhas. As melhores netas resultantes destes acasalamentos também eram submetidas ao coito com seu avô. Desta maneira, conseguia-se desenvolver uma linhagem homogênea, de animais que compartilhavam um conjunto de mesmas características.

É claro que nem todos os resultados destas cruzas entre consanguíneos eram positivos, as reses com características raciais indesejáveis não recebiam pedigree e eram encaminhadas aos frigoríficos para não serem utilizadas como reprodutoras. Criadores e técnicos (Domingues: 1939, Oliveira: 2000, Santiago: 1983), afirmam que a consanguinidade é uma faca de dois gumes, porque apresenta o melhor e o pior das famílias. Se por um lado, produz informações sobre a estrutura familiar dos reprodutores facilitando o melhoramento da raça, limita a diversidade genética.

Quando já se tinha conhecimento suficiente sobre o rendimento zootécnico (produção de carne) e sobre as vicissitudes daquela herança genética (o bom genótipo), passava-se a promover cruzas entre indivíduos de linhagens diferentes. Mas este processo, cunhado como “abertura de parentesco”, de algum modo, se mantinha endogâmico. Como o objetivo dele era continuar a produzir animais raçadores, a mistura de sangue era realizada entre indivíduos de linhagens conhecidas, cuja reputação já era atestada através dos pedigrees e da produção de bons descendentes.

Mesmo hoje, com os avanços da genética, que conseguem provar que animais sem genealogia registrada e cujo parentesco é muito longínquo dos raçadores importados, são tão bom produtores de carne quanto os espécimes de elite, o princípio de que boas linhagens produzem bons indivíduos é imperativo.

Na raça Nelore, por exemplo, todos os espécimes de elite, vendidos por milhões de reais nos leilões, que tem suas células reprodutivas comercializadas através de centrais de inseminação artificial, são de uma das linhagens formadas na década de sessenta. Tem o sangue de Kavardi, Golias, Taj Mahal, Godhavari ou Padhu, os raçadores importados em 62.

O *inbreeding* dos zebuzeiros

Quando se analisa as genealogias dos zebuzeiros, precursores na seleção de gado indiano, observa-se que na Uberaba do século XX ocorreram uma série de casamentos entre m entre primos, próximos e distantes. De Borges com Borges, de Rodrigues da Cunha com Rodrigues da Cunha, de Pratas com Pratas, ou de Borges com Rodrigues de Cunha, Borges com Pratas ou de Pratas com Rodrigues da Cunha. O padrão de aliança destes criadores precursores era endogâmico.

Tal fato era conhecido e, inclusive, foi criticado por um escritor local, Orlando Ferreira, o Doca. Crítico ferrenho das elites uberabenses, publica um livro, Terra Madrasta (1928), narrando que Uberaba não se desenvolvia política e economicamente em virtude da ação das três famílias precursoras do gado zebu, os Borges, os Rodrigues da Cunha e os Prata. Dizia que o investimento exclusivo na criação bovina, que atrasava o progresso econômico da cidade, aliado ao padrão endogâmico de casamentos destas famílias, que segundo o jornalista era “antieugênico”, produzia sujeitos “degenerados”, inaptos para os negócios e para a política.

Ao contrário de Doca, os zebuzeiros mais antigos com quem conversei, ao olharem para suas genealogias, vêem estes casamentos entre parentes com muitos bons olhos. Segundo eles, estas alianças não só evitaram a dispersão das propriedades através da divisão das heranças, como permitiram que o saber sobre o gado permanecesse no interior destas famílias. Segundo criadores precursores, a habilidade com a pecuária, em selecionar boas reses e realizar bons negócios, estava no sangue dos primeiros zebuzeiros, foi transmitida aos seus descendentes e permanece nas famílias criadoras de gado de elite.

Se a pecuária zebuína brasileira tivesse sido desenvolvida em outro lugar, que não Uberaba⁸, talvez ganhasse outros contornos. O controle de poucas famílias sobre os zebus foi imperativo, não somente nas maneiras de comércio e distribuição destas reses por todo o país, mas também na forma de seleção dos bovinos e no desenvolvimento de um mercado de reprodutores paralelo à indústria da carne: a pecuária de elite.

Uma das razões pelas quais a pecuária zebuína de reprodutores se desenvolveu no Brasil como uma atividade de elite, ou da elite, se deu porque as famílias que tinham a propriedade dos primeiros animais raçadores desenvolveram uma *expertise* sobre o gado indiano. Este saber foi fundamentado por conhecimentos zootécnicos, como o *inbreeding*, e empíricos, como o olhar treinado de fazendeiros para boas reses ao importá-las da Índia. Mas também por lógicas e valores que eram próprios destas famílias. De certo modo, as concepções que estas famílias desenvolviam sobre elas mesmas, especialmente para pensar a transmissão de substâncias e a influência do sangue e do parentesco, são acionadas para justificar a qualidade de seus criatórios.

Dois são os principais atributos de um bovino de elite, seu pedigree e sua capacidade de transmitir aos seus descendentes, ou de receber de seus ascendentes, certas características consideradas especiais. O pedigree atesta uma história, a mistura certa entre vacas e touros conhecidos que deram origem a um indivíduo. E um animal é considerado um bom reprodutor em virtude de sua capacidade de transmitir, através do sangue, certos atributos. Porque nem

⁸ Rebecca Cassidy (2007, 2009) desenvolve argumentos semelhantes em seus trabalhos sobre cavalos raçadores, ao relacionar as estratégias de seleção e domesticação destes animais com seus donos e com os países em que foram desenvolvidos. Em seu doutorado, *Horse People* (2007), compara as corridas de cavalos nos Estados Unidos e na Inglaterra. Conclui que apesar das populações de ambos os países terem bastante apreço pelas corridas e de haver um investimento semelhante na seleção e no comércio (através de fazendas experimentais e uso de biotecnologias) há contrastes na história, nas estratégias de domesticação e no próprio sentido do esporte para suas populações. Se nos EUA há uma ênfase na eficiência dos cavalos, na velocidade e uniformidade das reses, no Reino Unido há uma ênfase na importância do pedigree e das linhagens, nos critérios hereditários e patriarcais do esporte, coincidentes com as lógicas familiares daqueles que primeiro desenvolveram a criação no país, a realeza e aristocracia. Outra autora, Sarah Franklin (2009), em *Dolly Mixtures*, de maneira semelhante à Cassidy, analisa o porquê das ovelhas terem tamanho valor, simbólico e econômico para os ingleses. Segundo a autora, a história da domesticação de ovelhas no século 19 na Inglaterra, mistura algumas das mais antigas tradições de pertença ao sangue, ao solo e ao país com formas contemporâneas e modernas. As ovelhas, segundo a autora, fornecem a imagem do caráter britânico, unem natureza, cultura e indústria, campo e cidade, radicalismo, individualidade e excentricidade.

todos os espécimes, mesmo sendo de uma mesma família, transmitem ou recebem habilidades de seus parentes da mesma maneira.

A pecuária zebuína desenvolvida em Uberaba era, e é, um empreendimento familiar. Algumas poucas famílias tinham a propriedade dos primeiros bovinos raçadores. E a própria seleção dos animais promovida por estes criadores também estava amparada em uma lógica familista: os zebus foram separados em linhagens, em famílias.

Das trajetórias pessoais e profissionais das famílias precursoras sempre são selecionadas as bem-sucedidas⁹ na pecuária. Nestas histórias há uma ênfase nos seus grandes feitos como “zebuzeiros”, nas compras certeiras, nas expedições à Índia, nos acordos políticos e na habilidade de conhecer e identificar certas reses de alguns sujeitos específicos.

Um animal de elite deve se destacar em um rebanho. Sua família, seu pedigree, é um crédito de sua qualidade, mas não é garantia dela. Nem todos os bovinos de mesma linhagem são considerados bons reprodutores, apenas alguns comporão a elite da pecuária. Eles podem, inclusive, ter o mesmíssimo pedigree, mas alguns serão considerados melhores que outros. Um Zebu também só é lembrado, e se torna um animal conhecido, em virtude de seus feitos: pela quantidade de sêmen ou ócitos que produziu, pelo preço que foi arrematado em um leilão, por ter ganhado o primeiro lugar de um julgamento em uma feira de pecuária, por ser pai ou avô de uma rês especial. E a história da pecuária zebuína no Brasil é, de alguma maneira, narrada através da trajetória dos grandes raçadores.

Há um idioma genealógico¹⁰ que perpassa a constituição tanto das famílias dos bovinos, quanto das dos criadores. Zebuzeiros compõem com bastante clareza o

⁹ Ao analisar a elite política mineira, Letícia Canedo (1994), discute o quanto a memória genealógica é estratégica tanto para assegurar certa descendência, como a continuidade e coesão de gerações de uma determinada família na política. Nestes dois casos, da pecuária e da política, o traçado genealógico funciona como uma prova de um capital, ou de um saber, acumulado ao longo das gerações, capaz de elucidar poder ao longo do tempo e uma capacidade de adaptação a novas contingências.

¹⁰ Mary Bouquet (1996) analisa os efeitos da imagem do traçado genealógico. Sugere que o método de Rivers trouxe a possibilidade de visualizar em sistemas abstratos de relações pessoas reais, mesmo aquelas que os nativos não conheceram ou nunca viram. A autora ainda ressalta que os diagramas de parentesco, produzidos por uma série de povos, refletem os limites de uma consciência ideológica, ressaltando questões que estão além desta consciência. Criadores de gado de elite verbalizam que certos atributos estão no sangue das

parentesco de suas famílias, os enlaces matrimoniais entre primos próximos e distantes, as linhas de descendência daqueles que eles consideram ter contribuído decisivamente para a pecuária zebuína. De maneira semelhante, criadores e estudiosos de gado zebu, conhecem as linhagens bovinas, as cruzas certas que deram origem a bons raçadores, o porquê de certos animais serem consanguíneos.

Este saber genealógico se faz importante na pecuária de elite não só porque ajuda a evidenciar os caminhos de transmissão de certos atributos e habilidades aos descendentes, humanos e bovinos. Mas porque conhecer as famílias de criadores é ter acesso às lógicas de sucessão, constitutivas para realizar negócios nos leilões, alianças políticas e matrimoniais¹¹, além de facilitar o controle sobre a propriedade dos animais raçadores, que podem permanecer, assim como as fazendas, nas mãos de herdeiros específicos.

Em certos aspectos, os discursos dos zebuzeiros com quem conversei sobre suas genealogias familiares e a aposta dos primeiros criadores na consanguinidade são convergentes. Aqueles que são fruto da união entre parentes, sejam eles bois ou homens, ajudam a conservar em suas famílias certos atributos ou potencialidades. Dizer que o saber sobre o gado está no sangue dos Borges e dos Rodrigues da Cunha ou que os descendentes da linhagem Kavardi produzem fêmeas pesadas, é mais que levar a sério os pressupostos de hereditariedade ou de transmissão de substâncias, é reificar algo (seja o saber ou a fenótipo) que constitui e identifica uma família, uma reputação.

Os padrões de seleção, domesticação e criação de animais zebuínos, de algum modo, foram influenciados pelas concepções que as famílias de criadores tinham sobre elas mesmas. Mas, a troca de influências, neste caso, foi de mão dupla. Certamente, estas famílias também aprenderam e incorporaram alguns efeitos produzidos pelos Zebus para pensarem sobre si mesmos. Quando criadores desenvolvem as genealogias de sua famílias e justificam a habilidade de alguns de seus descendentes com a pecuária também o fazem,

famílias e que são passíveis de serem transmitidos e incorporados por alguns indivíduos. Mas quando eles desenvolvem traçados genealógicos, de famílias humanas ou bovinas, a história dos personagens da pecuária zebuína se torna reconhecível, suas trajetórias explicáveis e suas qualidades (o saber e habilidade com os negócios no caso dos homens, ou bom fenótipo ou genética no caso dos bois) justificáveis.

¹¹ Apesar do mercado de gado de elite, nos dias de hoje, ser mais amplo, o casamento entre filhos de criadores de famílias precursoras continua bastante comum.

iluminados por resultados produzidos pelas famílias bovinas. Da construção da memória sobre transmissão de substâncias destes pecuaristas, há um discurso desenvolvido tanto a partir das trajetórias bem-sucedidas de seus parentes, quanto das de suas reses.

O passar dos anos provocou mudanças no mercado de bovinos reprodutores. Com os adventos das biotecnologias (FIV, clonagem, inseminação artificial) é possível produzir mais reses em menos tempo. Os animais ganharam mais tamanho e os rebanhos estão cada vez mais uniformes. Mas a ênfase no sangue, das famílias bovinas e humanas, não foi diminuída. Nos leilões e julgamentos contemporâneos a história dos genearcas das raças Zebu e a importância das famílias precursoras são sempre narradas.

Os saberes da genética, de algum modo, democratizaram o acesso ao mercado de bovinos reprodutores. Criadores de gado comum, através da aquisição de doses de sêmen de raçadores, podem aprimorar a qualidade de seus planteis. Programas de avaliação genética conseguem provar que espécimes sem pedigree, conseguem produzir boa progênie para o abate. Mas a propriedade de bovinos ou o acesso a biotecnologias não necessariamente torna estes pecuaristas, criadores de elite.

Porque a genética democratiza, mas só o sangue purifica. E é a pureza das famílias, humanas e bovinas, que faz o mercado de gado de elite.

Bibliografia:

Bouquet, Mary. *Family Trees and Their Affinities: The Visual Imperative of Genealogical Diagram*. The Journal of the Royal Anthropological Institute. Vol.2, No.1, 1996.

Borges, Pedro Cruvinel. 1988. *A Índia que eu vi*. Uberaba-MG.

Carsten, Janet. 2013. “Blood Will Out: Essays on Liquid Transfers and Flows”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol 19, no. Supplement S1, pp. S1-S184.

Cassidy, Rebecca. 2009. “Arborescent Culture: Writing and not writing racehorses Pedigrees”. In: Sandra Bamford and James Leach (org), *Kinship and beyond – The genealogical model reconsidered*. New York-Oxford: Berghahn Books, pp.24-49.

Darwin, Charles. 2002. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

Domingues, Orlando. 1939. *Formação do Indubrasil*. In: O Zebú, Publicação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. N. 1, ano 1, agosto de 1939.

Cassidy, Rebecca. “ *Horse People – Thoroughbred culture in Lexington & Newmarket*”
The Johns Hopkins University Press, Baltimore: 2007.

Ferreira, Orlando.1928. *Terra Madrasta*. Uberaba: O Triângulo.

Franklin, Sarah. 2007. *Dolly Mixtures – The Remaking of Genealogy*. Durham e Londres:
Duke University Press.

Figueiredo, Aline. 1994. *À propósito do boi*. Cuiabá: Editora UFMT.

Fortes, Gitânio. 2000. *O dono do olho – A história de José da Silva, O Dico*. São Paulo-
SP: Chesterman editora.

Godoy, Theophylo. 1889. *Do Brasil à Índia*. Cópia em Xerox. Publicado originalmente no
Jornal O Araguari.

Medrado, Joana. 2013. *Do pastoreio à Pecuária. A invenção da modernização rural nos
sertões do Brasil Central*. Doutorado em História, UFF.

Oliveira, José Henrique Ferreira de. 2002. *Nelore: base genética e evolução seletiva no
Brasil*. Planaltina DF: Embrapa Cerrados.

Olver, Arthur. *A Brief Survey of some of the Importance Breeds of Cattle in Índia*. 1938.
New Delhi : Government of Índia Press.

Santiago, Alberto Alves.1983. *O Nelore*. São Paulo: Editora dos Criadores.

Silva, Alexandre Barbosa da. 1947. *O Zebu da Índia e no Brasil*. Rio de Janeiro.